

FUNDO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL – UO: 20.905

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Fundo de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FUNDAP, criado pela Lei Complementar nº 153, de 30 de dezembro de 1998, regulamentado pelo Decreto nº 25.794, de 02 de maio de 2005, tem por finalidade apoiar financeiramente e estimular o desenvolvimento científico e tecnológico do Distrito Federal, visando ao bem-estar da população, a defesa do meio ambiente e o progresso da ciência e da tecnologia. A gestão do Fundo compete à Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAP/DF, por meio de um Conselho Gestor, também denominado Gestor do Fundo.

FORÇA DE TRABALHO

O Fundo de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FUNDAP não dispõe de força de trabalho própria.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4091 - APOIO A PROJETOS	0,00	1,00	0,00	0,00
0025 - APOIO A PROJETOS-DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO-DISTRITO FEDERAL	0,00	1,00	0,00	0,00
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	0,00	1,00	0,00	0,00

Não houve execução orçamentária e financeira.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O desafio do Fundo de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FUNDAP, por meio de seu Gestor é manter efetiva as atividades do Conselho Gestor.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – UO: 21.101

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal, criada pelo Decreto nº 32.716, de 1º de janeiro de 2011, e estruturada pelo Decreto nº 33.315, de 08 de novembro de 2011, publicado no DODF nº 216, de 09 de novembro de 2011.

Conforme publicação do Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015, artigo 8º, § 1º, alínea X, foi renomeada de Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos para Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Conforme previsto no Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015 e alterações (Artigo 30); Decreto nº 36.937, de 02 de dezembro de 2015; Decreto nº 37.246, de 12 de abril de 2016; e Decreto nº 37.537, de 02 de agosto de 2016, que dispõem sobre sua estrutura administrativa, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal tem atuação e competência nas seguintes áreas:

I - proteção, conservação e preservação do meio ambiente urbano e rural e promoção do desenvolvimento sustentável;

II - conservação, recuperação e o uso sustentável do cerrado, da fauna e dos recursos hídricos;

III - gestão e proteção dos parques e das unidades de conservação;

IV - enfrentamento das mudanças climáticas; e

V - mobilização e conscientização para o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente.

§1º Integram a estrutura da SEMA:

I- Gabinete do Secretário;

II- Subsecretaria de Administração Geral;

III- Subsecretaria de Planejamento Ambiental e Monitoramento;

IV- Subsecretaria de Resíduos Sólidos e Saneamento Ambiental;

V- Subsecretaria de Serviços Ecológicos.

São vinculados à SEMA os seguintes órgãos: Jardim Botânico de Brasília; Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal – ADASA; Fundação Jardim Zoológico de Brasília; Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental; Conselho do Meio Ambiente do Distrito Federal – CONAM; Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH-DF; e o Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal - FUNAM.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	12	36			48
Comissionados sem vínculo efetivo	36				36
Requisitados de órgãos do GDF	9				9
Requisitados de órgãos fora do GDF					
Estagiários		7			7
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango		8			8
Terceirizados (FUNAP)		5			5
Outros - especificar					

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Subtotal	57	56			113
(-) Cedidos para outros órgãos		8			8
Total Geral	57	48			105

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6202 - BRASÍLIA SAUDÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
4091 - APOIO A PROJETOS	0,00	120.000,00	0,00	0,00
0024 - APOIO A PROJETOS-APOIO A REALIZAÇÃO DO PROJETO "ESPAÇO LIMPO-UMA INICIATIVA VERDE" A SER REALIZADO PELO INSTITUTO COLMÉIA DE DESENVOLVIMENTO, CULTURAL E INCLUSÃO- SÃO SEBASTIÃO	0,00	120.000,00	0,00	0,00
TOTAL - 6202 - BRASÍLIA SAUDÁVEL	0,00	120.000,00	0,00	0,00

6208 - TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	611.695,00	282.680,00	137.680,00	137.680,00
5885 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-AMBIENTAL TERRITORIAL-DISTRITO FEDERAL	611.695,00	282.680,00	137.680,00	137.680,00
3220 - PUBLICAÇÃO DO ATLAS AMBIENTAL	150.000,00	710,00	0,00	0,00
0003 - PUBLICAÇÃO DO ATLAS AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	150.000,00	710,00	0,00	0,00
3216 - IMPLANTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO	50.000,00	0,00	0,00	0,00
0001 - IMPLANTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO--DISTRITO FEDERAL	50.000,00	0,00	0,00	0,00
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	200.000,00	0,00	0,00	0,00
6079 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS--DISTRITO FEDERAL	200.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	1.011.695,00	283.390,00	137.680,00	137.680,00

1 – Preservação e Planejamento Territorial Sustentável

Modernização do Sistema de Informação

Para a Modernização do Sistema de Informação da SEMA, foi constituído, em 2016, o Comitê de Gestão e Tecnologia da Informação – CGTI, visando à elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI da SEMA (Portaria nº 57, de 27 de julho de 2016), com a definição de ações para a modernização de sua base tecnológica e de sua infraestrutura informacional, o qual foi finalizado. Também foi iniciada a elaboração do Plano Diretor de Geoinformação do Sistema Distrital de Meio Ambiente (Portaria nº 58, de 27 de julho de 2016), com o objetivo de integrar os sistemas informatizados (no caso do SEI) e implementar a infraestrutura para a etapa inicial de implantação do Sistema Distrital de Informações Ambientais (SISDIA), bem como uniformizar procedimentos, treinar pessoal e padronizar os métodos e rotinas de trabalho.

Em observância às diretrizes do PDTI, foi executado somente o montante de R\$137.680,00 (cento e trinta e sete mil e seiscentos e oitenta reais) para investimento em infraestrutura de Tecnologia da Informação.

No tocante ao Sistema Distrital de Informações Ambientais - SISDIA, instituído pelo art.279, inciso IX, da Lei Orgânica, e a Lei Distrital Nº 3.944/2007, foi iniciada a etapa de elaboração dos termos de referência, com a realização de reuniões de trabalho entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, a CODEPLAN (Companhia de Desenvolvimento do Distrito Federal), o CGEE (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos), o MCTIC (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações) e a UNEP (Organizações das Nações Unidas – Meio Ambiente), para aprimoramento dos conceitos do sistema, de modo que as contratações/aquisições relativas ao projeto de implantação possam ter eficácia e eficiência em sua construção. Os termos de referência se dividem, resumidamente, em dois grupos: um para a compra e desenvolvimento de software, e o outro para a análise de requisitos e modelagem do banco de dados do sistema.

Destacam-se ainda as seguintes ações:

- elaboração de 1.500 (mil e quinhentos) arquivos, compreendendo mapas temáticos para apoio em relatórios, apresentações, pareceres técnicos, etc (arquivados em rede corporativa da SEMA);
- fornecimento de geoserviço e manutenção de banco de dados espaciais (software livre) para 180 (cento e oitenta) usuários GDF-NET, com dois grandes nichos informacionais, abrangendo 265 (duzentos e sessenta e cinco) arquivos shapefiles; e
- suporte técnico para as demais áreas finalísticas da SEMA em mapas temáticos e para pareceres técnicos. Desenvolvimento e suporte em estudos geoespaciais para alocação de recursos no território, tais como recuperação florestal, áreas prioritárias para combate à grilagem, etc.

Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal - ZEE-DF

Foram realizadas diversas reuniões de trabalho, apresentações e Audiências Públicas, conforme segue:

- 27 reuniões da Coordenação Geral Política do ZEE-DF: instituída pelo Decreto Distrital nº 36.473, de 30 de abril de 2015, sob a coordenação da Casa Civil e com a participação de outros órgãos do Governo de Brasília;
- 89 reuniões da Coordenação Geral Técnica do ZEE-DF: instituída pela Portaria Conjunta nº 19, de 17 de abril de 2015, e composta pela SEMA, SEGETH, SEAGRI e SEDS, com a participação de outros órgãos de governo (distrital e federal);
- 01 reunião da Comissão Distrital do ZEE-DF: instituída pela Portaria Conjunta nº 19, de 17 de abril de 2015, inicialmente com representantes de 25 órgãos de governo (distrital e federal);
- 15 reuniões de participação popular para o ZEE-DF, com representantes da sociedade civil, associações de moradores, organizações não-governamentais, entidades de classe, representações do setor produtivo, etc., incluindo uma apresentação no Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal (CONAM/DF);
- 2 Audiências Públicas do ZEE-DF: a primeira realizada em 11 de março de 2017, com a participação de 326 cidadãos, e a segunda, em 28 de outubro de 2017, com a participação

de 100 cidadãos, o que culminou com o envio da minuta do Projeto de Lei do ZEE-DF para análise da Casa Civil em 17 de novembro de 2017.

Ao longo do ano de 2017, o Portal Eletrônico do ZEE-DF (www.zee.df.gov.br) alcançou a marca de 30.664 acessos, superando a meta inicialmente prevista de 25.000 acessos.

A Base de Dados do ZEE-DF possui, atualmente, 182 usuários cadastrados em órgãos do Governo de Brasília e no MPDFT, com projeto em andamento para disponibilização a usuários de órgãos federais.

Atlas Ecológico e Socioeconômico do Distrito Federal

Está prevista a elaboração e publicação do Atlas Ecológico e Socioeconômico do Distrito Federal nas versões: (i) edição para sistema educacional (crianças e adolescentes); (ii) edição para os técnicos (estudos técnicos aprofundados); (iii) edição de luxo em diversos idiomas (idiomas a definir); (iv) edição específica para o Fórum Mundial da Água (2018).

Nesse sentido, foram elaborados diversos Termos de Referência para a contratação da elaboração das quatro versões do Atlas. No entanto, em razão do valor autorizado para contratação da elaboração do Atlas ter sido bastante reduzido, além da proximidade da realização da 8ª edição do Fórum Mundial da Água, optou-se inicialmente pela elaboração da versão específica para o referido evento, com fundamento nos estudos realizados sobre a disponibilidade hídrica do DF no âmbito do Grupo de Trabalho do Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal - ZEE/DF. Dessa forma, foi priorizada a contratação de serviços de design gráfico/diagramação/arte final. Foi autuado, em agosto de 2017, o processo nº 0393-000114/2017, o qual se encontra em fase de diligências para atualização da pesquisa de orçamentos com vistas ao encaminhamento à SEPLAG para realização da licitação, bem como o de serviços gráficos para a impressão dos 20.000 exemplares do Atlas para o Fórum Mundial da Água está em andamento por intermédio do processo 0391-000297/2017, o qual foi inserido no bojo do processo eletrônico SEI-GDF nº 00410-00022090/2017-23 para sistema de registro de preços no âmbito da SEPLAG.

2 – Pacto pelo Licenciamento Integrado e Governança

Melhorias nos Atos Autorizativos, consoante o Objetivo Específico “Pacto pelo Licenciamento”, do Planejamento Estratégico do Governo de Brasília

No âmbito dos trabalhos de elaboração do texto do Anteprojeto de Lei do Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal - ZEE/DF, foram realizadas, em 2017, 12 reuniões para compreensão do regramento do licenciamento ambiental e do licenciamento urbanístico, tendo por objetivo a construção da “Matriz Multicritério de Pontuação, Priorização, Aprovação para o Licenciamento Ambiental, Licenciamento Urbanístico e Outorga do Uso da Água”, que será objeto de regulamentação específica a partir da aprovação da Lei do ZEE/DF.

Nesse sentido, na minuta do Projeto de Lei do ZEE-DF, encaminhada à Casa Civil em 17/11/2017, há a previsão de que o Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal defina em 12 meses, a partir da promulgação da referida lei, o grau de impacto dos empreendimentos ou atividades à luz de sua localização no território do DF para fins de enquadramento nos ritos de licenciamento ambiental.

Ainda no contexto da minuta do Projeto de Lei do ZEE/DF, para cumprimento de seus objetivos e estratégias, é válido ressaltar que estão sendo propostas a elaboração da Política Coordenada de Controle e Fiscalização Ambiental e de Uso e Ocupação Territorial no DF, e do Plano Distrital de Monitoramento Ambiental do Território, bem como instituído o Mapa de

Combate à Grilagem e Ocupações Irregulares no DF, resultado da articulação interinstitucional entre SEMA, IBRAM e AGEFIS.

6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	100.000,00	0,00	0,00	0,00
0057 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO PARA O CENTRO DE EXCELÊNCIA DO CERRADO - CERRATENSES-REGIÃO XVI - LAGO SUL	100.000,00	0,00	0,00	0,00
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	1.300.000,00	0,00	0,00	0,00
0001 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-APOIO A IMPLANTAÇÃO DO PARQUE URBANO E VIVENCIAL DO GAMA.-REGIÃO II - GAMA	1.300.000,00	0,00	0,00	0,00
2689 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS	240.000,00	1,00	0,00	0,00
0005 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS--DISTRITO FEDERAL	190.000,00	0,00	0,00	0,00
0006 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS-IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO INTERNACIONAL DE REFERÊNCIA EM ÁGUA E TRANSDICPLINARIDADE-DISTRITO FEDERAL	50.000,00	1,00	0,00	0,00
2699 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA NOS PARQUES	800.000,00	22.800,00	10.600,00	10.600,00
0001 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA NOS PARQUES--DISTRITO FEDERAL	500.000,00	22.800,00	10.600,00	10.600,00
0002 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA NOS PARQUES-IMPLANTAÇÃO DE ESTRUTURAS FÍSICAS PARA ESPAÇOS DE LAZER E ESPORTES-DISTRITO FEDERAL	300.000,00	0,00	0,00	0,00
2701 - INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DO CERRADO.	300.000,00	8.100,00	2.699,60	2.699,60
0001 - INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DO CERRADO.-E MANUTENÇÃO DE SEUS REMANECENTES-DISTRITO FEDERAL	300.000,00	8.100,00	2.699,60	2.699,60
2705 - ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL PARA CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DEFESA DOS DIREITOS ANIMAIS	100.000,00	0,00	0,00	0,00
0001 - ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL PARA CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DEFESA DOS DIREITOS ANIMAIS--DISTRITO FEDERAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00
2706 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA SOLAR	301.000,00	8.500,00	7.995,00	7.995,00
0001 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA SOLAR--DISTRITO FEDERAL	200.000,00	8.500,00	7.995,00	7.995,00
0002 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA SOLAR-IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA FOTOVOLTAICO-DISTRITO FEDERAL	101.000,00	0,00	0,00	0,00
2717 - GESTÃO DE RISCOS CLIMÁTICOS	50.000,00	31.331,00	27.561,10	27.561,10
0001 - GESTÃO DE RISCOS CLIMÁTICOS--DISTRITO FEDERAL	50.000,00	31.331,00	27.561,10	27.561,10
3004 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	23.342.000,00	16.711.869,58	1.593,00	1.593,00
0004 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS--DISTRITO FEDERAL	23.342.000,00	16.711.869,58	1.593,00	1.593,00
3068 - REALIZAÇÃO DO 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA	50.000,00	457.000,00	343.672,77	336.594,77
0003 - REALIZAÇÃO DO 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA--DISTRITO FEDERAL	50.000,00	457.000,00	343.672,77	336.594,77
3076 - REALIZAÇÃO DO PROJETO VIRADA DO CERRADO	650.000,00	870.919,00	857.568,53	857.568,53
0001 - REALIZAÇÃO DO PROJETO VIRADA DO CERRADO--DISTRITO FEDERAL	650.000,00	870.919,00	857.568,53	857.568,53
3221 - IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	7.188.000,00	5.304.001,00	0,00	0,00
0002 - IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS-PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS-DISTRITO FEDERAL	7.188.000,00	5.304.001,00	0,00	0,00
3266 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DAS ÁGUAS - ÁGUA BOA NO DF	150.000,00	29.400,00	400,00	400,00
0001 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DAS ÁGUAS - ÁGUA BOA NO DF--DISTRITO FEDERAL	150.000,00	29.400,00	400,00	400,00
4091 - APOIO A PROJETOS	101.000,00	0,00	0,00	0,00
5858 - APOIO A PROJETOS-APOIO À IMPLANTAÇÃO DO PROJETO CAMINHO DAS ÁGUAS-DISTRITO FEDERAL	101.000,00	0,00	0,00	0,00
4094 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS	152.000,00	117.842,00	109.989,87	109.989,87
2257 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS--DISTRITO FEDERAL	152.000,00	117.842,00	109.989,87	109.989,87
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	1.120.000,00	173.773,35	173.695,62	173.695,62
9169 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS--DISTRITO FEDERAL	1.120.000,00	173.773,35	173.695,62	173.695,62

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	35.944.000,00	23.735.536,93	1.535.775,49	1.528.697,49

1 - Cidadania e Sustentabilidade Socioambiental

Plano Distrital de Educação Ambiental (PDEA)

Previsto na Lei Distrital nº 3833 de 2006 e no Acordo de resultados (SEPLAG) - Status no Sistema: ID 1625 – Plano de Educação Ambiental do DF. Prazo para entrega: 2018. Foi contratada uma consultoria (Edital de CONVITE Nº 00 /2016), que elaborou a versão preliminar do Plano, a qual está sendo trabalhada pela CIEA (Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental) para ir à consulta pública.

Para apoiar a CIEA na formulação do Plano, foi feita a Pesquisa de mapeamento das ações de educação ambiental no DF em parceria da CIEA com a CODEPLAN. O Plano foi objeto de discussão nas reuniões da CIEA, tendo sido criada uma Câmara Técnica específica para construção coletiva do Plano na Comissão.

Projeto Virada do Cerrado

A Virada de 2017 foi registrada como evento preparatório do Fórum Mundial da Água, que será realizado em março de 2018. Assim, o tema não poderia ser outro, a Água, e teve como slogan "Cuidando das Águas".

Foram 27 Regiões Administrativas envolvidas, mais de 90 organizações articuladas em 99 ações e, aproximadamente, 340 atividades socioambientais, educativas, esportivas e culturais espalhadas por todo o território.

As 27 regiões administrativas do DF que participaram da Virada do Cerrado, desenvolvendo as atividades da 3ª edição, foram: Águas Claras, Brazlândia, Ceilândia, Cruzeiro, Fercal, Gama, Guará, Itapoã, Jardim Botânico, Lago Sul, Lago Norte, Varjão, Planaltina, Plano Piloto, Riacho Fundo I, Riacho Fundo II, Sobradinho, Sobradinho II, Taguatinga, São Sebastião, Candangolândia, Recanto das Emas, Paranoá, Park Way, Sudoeste, Santa Maria e Samambaia.

Os públicos-alvo foram crianças e jovens de escolas públicas, famílias, ambientalistas, movimentos socioambientais e culturais, jovens e idosos. Estima-se que 30.000 (trinta mil) pessoas foram envolvidas diretamente e 200.000 (duzentas mil) pessoas envolvidas indiretamente no período de 1º de março a 12 de dezembro, por meio das mídias sociais, tendo sido cumprida a meta de 7% prevista no PPA.

As 27 cidades do DF participantes mostraram maior engajamento e reafirmaram seu importante papel na sensibilização da população pela Água, na redução dos impactos ambientais, estimulando soluções políticas e econômicas locais viáveis que garantem o desenvolvimento urbano sustentável e o crescimento das áreas verdes, e promovem o cuidado com nossas águas, importantes tanto para o Cerrado como para todo o país.

As atividades da Virada desse ano incluíram formações, rodas de conversa, música, oficinas, palestras, mutirões de limpeza nos parques, feiras agroecológicas, caminhadas, corridas, bicicletadas, contação de histórias, cine ambiental, teatro, passeios ecológicos, plantios de mudas do Cerrado, entre outros.

Aconteceram duas atividades prévias à data oficial da Virada, mas que integraram a programação. Em agosto, aconteceu a primeira atividade na Quituart, Lago Norte, com o filme Brasília do escritor Nicolas Behr, seguido de debate sobre Brasília e o Cerrado e a exposição de fotografias “Três Por Quatro” no Coletivo Urbanos no Guará 2. Já em setembro, as ações aconteceram de forma descentralizada em todo o DF e foram de caráter educativo e formativo, com foco na atuação com escolas, universidades, organizações governamentais, organizações não governamentais e coletivos socioambientais e no Parque da Cidade, onde todos celebraram juntos a Virada do Cerrado com atividades culturais, esportivas e lúdicas para todos os públicos e idades, com apresentação de encerramento da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Claudio Santoro e participações especiais de artistas da cidade, os quais foram contratados pela Secretaria da Cultura com recursos descentralizados pela SEMA

A parceria entre a população e o governo local é essencial para se enfrentar o grande desafio pela Água que se impõe nos dias atuais. Foram utilizados recursos no âmbito do projeto para apoio em infraestrutura (som, tendas, projetores, palco, iluminação), transporte (ônibus e vans), contratação de serviços de produção especializados, serviços gráficos, alimentação e realização do evento de encerramento da Virada de 2017 no Parque da Cidade,

Formação Ambiental

Foi instituído pela Portaria nº 14, de 23 de março de 2015, o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental do Distrito Federal, com coordenação da Subsecretaria de Educação e Mobilização Socioambiental – SEAMS e a participação de 25 instituições governamentais do DF mais Universidade de Brasília.

Já foram realizadas cerca de vinte reuniões, com pautas ligadas à Política de Educação Ambiental, trabalhadas de forma integrada e transversal pelas diferentes áreas do governo.

Em 2017, o GT pautou como prioridade o Plano de Educação ambiental do DF e resolveu integrar as agendas com a CIEA, Comitê Criativo da Virada e Grupo de Trabalho de Educação Ambiental da Frente Parlamentar Ambientalista do DF.

O Programa Brasília nos Parques, criado pelo Decreto nº 37.115, de 15 de fevereiro de 2016, tem por finalidade aprimorar o uso público dos parques e unidades de conservação distritais, coordenando os esforços dos diversos órgãos e entidades do Distrito Federal (DF).

No sentido de atender ao disposto no citado Decreto, a Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal - SEMA e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF firmaram, em Portaria Conjunta, o compromisso de implementar, dentre outras ações, o Projeto Parque Educador, que visa ressignificar os espaços dos Parques Ecológicos/Unidades de Conservação (UC) do DF como espaços educadores para que a comunidade restabeleça sua relação de pertencimento àquele local, auxiliando na valorização das UCs do DF, por meio de ações de educação integral, ambiental e patrimonial.

Considerando a importância da Educação Integral, Ambiental e Patrimonial como eixo transversal na educação, esse Projeto permitirá aos docentes e discentes o acesso aos Parques Ecológicos/Unidades de Conservação (UC) Sucupira/ESECAE, Três Meninas, Águas Claras e Saburo Onoyama, para a realização de atividades pedagógicas voltadas ao uso sustentável desses espaços educadores.

O Projeto Parque Educador é coordenado por um Comitê Gestor tripartite, no qual fazem parte 2 (dois) representantes da SEMA, 2 (dois) da SEEDF e também 2 (dois) do Instituto Brasília Ambiental - IBRAM, autarquia vinculada à SEMA.

Esse Comitê tem, dentre outras atribuições, a incumbência de elaborar o Plano de Gestão desse Projeto, que será assinado pelo Secretário de Meio Ambiente do Distrito Federal, pelo Secretário de Educação do Distrito Federal e pelo Presidente do IBRAM.

Cabe à SEMA garantir recursos para o transporte dos alunos para o segundo semestre de 2018.

Outra estratégia de formação foi o Curso de Gestão Sustentável da Água e dos Resíduos Sólidos nas Escolas do Distrito Federal – 2ª edição, ofertado pela EAPE (Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação) da Secretaria de Educação do DF, em parceria com ADASA, IBRAM, SLU, CAESB e SEMA, com o objetivo de promover a difusão de conhecimentos técnico-pedagógicos sobre a gestão responsável e compartilhada da água e dos resíduos sólidos nas bacias hidrográficas do Descoberto e do Paranoá, a fim de instrumentalizar o professor para o trabalho dos conteúdos relacionados aos eixos transversais em suas respectivas escolas. Possibilitou-se aos cursistas a vivência de estudos e diálogos que trataram da inserção e engajamento das pessoas na gestão sustentável e participativa das Águas e resíduos passando pelo nível individual, coletivo e institucional, tratando de temas de relevância técnica e política.

Participação Social

Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal – CONAM/DF

Órgão consultivo e deliberativo de 2ª grau, de composição paritária, vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal. A presidência do CONAM/DF é exercida pelo Secretário de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal. É composto paritariamente por 40 membros, sendo 20 (vinte) representantes do Poder Público e 20 (vinte) da sociedade civil relacionados com a questão ambiental.

Os membros do Poder Público no Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal são os representantes das Secretarias de Estado do Distrito Federal que cuidam: Meio Ambiente, Obras e Infraestrutura Pública, Saúde, Educação, Agricultura, Desenvolvimento Urbano e do Território, Planejamento, Desenvolvimento Econômico, Transporte e da Mobilidade, Casa Civil, Cultura, Procurador-Geral do Distrito Federal, Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental – IBRAM/DF, Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal; Polícia Militar do Distrito Federal, Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal - ADASA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-Ibama, no Distrito Federal - IBAMA/DF; Universidade de Brasília – UnB.

São representantes da sociedade civil:

- Federação das Associações dos Condomínios Horizontais do Distrito Federal – FACHO;
- associações representativas de moradores do Distrito Federal, formalmente constituídas há pelo menos 2 anos;
- Fórum de ONG's Ambientalistas do Distrito Federal;
- organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, formalmente constituídas há pelo menos 2 anos, com sede e atuação no Distrito Federal e que tenham como missão institucional a defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado;
- instituições de ensino superior particulares sediadas no Distrito Federal;
- Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal - FAPE/DF;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Distrito Federal - STTR/DF;
- Federação do Comércio do Distrito Federal – FECOMÉRCIO;

- Federação das Indústrias do Distrito Federal – FIBRA;
- Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal – SINDUSCON;
- Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal - ADEMI/DF;
- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/DF;
- Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal - CAU/DF;
- Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Seção DF - ABES/DF;
- Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Distrito Federal - OAB/DF;
- Associação Brasileira de Recursos Hídricos - Seção Distrito Federal - ABRH/DF;

Reuniões

No ano de 2017, o CONAM/DF realizou 11 (onze) reuniões, sendo 06 (seis) reuniões ordinárias (135ª, 136ª, 137ª, 138ª, 139ª e 140ª) e 5 (cinco) reuniões extraordinárias (62ª, 63ª, 64ª, 65ª e 66ª) e instalou a Câmara Julgadora de Autos de Infração – CJAI. A CJAI realizou 10 (dez) reuniões ordinárias e 01 (uma) reunião extraordinária, totalizando 11 (onze) reuniões.

A Câmara Julgadora de Autos de Infração do CONAM/DF é composta pelas seguintes instituições:

- Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA/DF;
- Superintendência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis no Distrito Federal - IBAMA/DF;
- Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais – CASA CIVIL;
- Ordem dos Advogados do Brasil – Seção DF – OAB/DF;
- Fórum das ONGs Ambientalistas do Distrito Federal e Entorno – FÓRUM DE ONGs;
- Sindicato da Indústria e da Construção Civil do DF – SINDUSCON/DF;

Câmaras Técnicas ativas:

- Câmara Técnica do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal para revisar as Resoluções 1, 2, 3 e 4/2014 do CONAM (Resolução nº 01/2017);
- Câmara Técnica Permanente para monitorar e avaliar a implementação da política de compensação florestal, conservação e recuperação do cerrado (Resolução nº 06/2017).

Grupos de Trabalhos;

- Grupo de Trabalho para regulamentar o Processo Eleitoral, nos termos do § 7º do art. 4º do Decreto nº 38.001, de 07 de fevereiro de 2017, que aprova o regimento interno do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal (Resolução nº 03/2017);
- Grupo de Trabalho para propor ações de melhoria nos serviços da NOVACAP: podas, cortes de árvores e paisagismo (Resolução nº 04/2017);
- Grupo de Trabalho em substituição à Comissão Permanente do Cadastro Distrital de Entidades Ambientalistas, de Moradores e de Entidades Privadas de Ensino Superior (CP-CEAMPES), prevista no Art. 3º, § 3º da Resolução CONAM 05/2017, conforme deliberado na 63ª Reunião Extraordinária do CONAM/DF, realizada no dia 23 de agosto de 2017 (Resolução nº 07/2017);
- Grupo de Trabalho - GT, para analisar a solicitação da Empresa Stericycle, de anuência do CONAM/DF para recebimento de resíduos industriais e de saúde de outros Estados da federação para tratamento na unidade Stericycle da Ceilândia/DF, conforme estabelece o Art. 10, § 3º e Art. 34 da lei nº 5.418/14 (Resolução nº 08/2017).

Resoluções aprovadas

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017. (DODF Nº 30, sexta-feira, 10 de fevereiro de 2017). Dispõe sobre a constituição de Câmara Técnica do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal para revisar as Resoluções 1, 2, 3 e 4/2014 do CONAM.

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 21 DE MARÇO DE 2017. (DODF Nº 57, quinta-feira, 23 de março de 2017). Dispõe sobre a constituição da Câmara Julgadora de Auto de Infração do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal nos termos do § 1º do art. 13 do Decreto nº 38.001, de 07 de fevereiro de 2017.

RESOLUÇÃO Nº 03, DE 21 DE MARÇO DE 2017. (DODF 57, quinta-feira, 23 de março de 2017). Dispõe sobre a constituição de Grupo de Trabalho para regulamentar o processo eleitoral nos termos do § 7º do art. 4º do Decreto nº 38.001, de 07 de fevereiro de 2017 que aprova o regimento interno do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal.

RESOLUÇÃO Nº 04, DE 17 DE ABRIL DE 2017. (DODF Nº 85, sexta-feira, 5 de maio de 2017). Dispõe sobre a constituição de Grupo de Trabalho para propor ações de melhoria nos serviços da NOVACAP: podas, cortes de árvores e paisagismo.

RESOLUÇÃO Nº 05, DE 25 DE JULHO DE 2017. (DODF Nº 155, segunda-feira, 14 de agosto de 2017). Dispõe sobre os procedimentos gerais para registro junto ao Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal - CONAM das organizações da sociedade civil elencadas nos incisos II, IV e V do §2º do art.4º do Decreto Distrital nº 38.001, de 07 de fevereiro de 2017, bem como para realização de processo eletivo próprio para seleção dos representantes dessas organizações junto ao Conselho.

RESOLUÇÃO Nº 06, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017. (DODF Nº 197, sexta-feira, 13 de outubro de 2017). Dispõe sobre a constituição da Câmara Técnica Permanente para monitorar e avaliar a implementação da política de compensação florestal, conservação e recuperação do cerrado.

RESOLUÇÃO Nº 07, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017. (DODF Nº 246, quarta-feira, 27 de dezembro de 2017). Dispõe sobre a constituição do Grupo de Trabalho em substituição à Comissão Permanente do Cadastro Distrital de Entidades Ambientalistas, de Moradores e de Entidades Privadas de Ensino Superior (CP-CEAMPES), prevista no Art. 3º, § 3º da Resolução CONAM 05/2017, conforme deliberado na 63ª Reunião Extraordinária do CONAM/DF, realizada no dia 23 de agosto de 2017.

RESOLUÇÃO Nº 08, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017. (DODF Nº 248, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017). Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho - GT, para analisar a solicitação da Empresa Stericycle, de anuência do CONAM/DF para recebimento de resíduos industriais e de saúde de outros Estados da federação para tratamento na unidade Stericycle da Ceilândia / DF, conforme estabelece o Art. 10, § 3º e Art. 34 da lei nº 5.418/14.

RESOLUÇÃO Nº 09, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017. (DODF Nº 247, quinta-feira, 28 de dezembro de 2017). Disciplina, no âmbito do Distrito Federal, as normas para emissão de autorização ambiental.

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017. (DODF Nº 247, quinta-feira, 28 de dezembro de 2017). Dispõe sobre a dispensa de licenciamento ambiental para empreendimentos/atividades de baixo potencial poluidor/degradador ou baixo impacto ambiental no âmbito do Distrito Federal.

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017. (DODF Nº 247, quinta-feira, 28 de dezembro de 2017). Institui Declaração de Conformidade de Atividade Agropecuária - DCAA, nas modalidades facultativa e compulsória, e elenca rol de atividades agrosilvopastoris dispensadas de licenciamento ambiental.

2 - Capital das Águas

Gestão das Águas

No final do ano de 2016 e todo o ano de 2017, o Distrito Federal atravessou a mais grave crise hídrica de sua história e, pela primeira vez, um regime de racionamento de água foi instalado.

Foi decretado estado de emergência pelo GDF, e criado o Plano de Enfrentamento da Crise Hídrica, que tem sido liderado pela Casa Civil com a participação de diversas secretarias e vinculadas incluindo a SEMA-DF.

O foco do governo nesse ano de 2017 foi garantir o abastecimento de água para a população e negociar com os setores usuários, notadamente a agricultura, a redução do consumo de água e o uso mais eficiente desse recurso por toda a população.

A SEMA participou ativamente de todo esse processo e foi designada para compor a dimensão socioeconômica do Plano com destaque para a efetiva implantação das Ares de Proteção de Mananciais (APMs), contribuiu com o grupo que debateu e propôs minuta de decreto sobre os usos não prioritários da água além de coordenar o grupo de acompanhamento da redução de consumo de água nos órgãos da administração direta e indireta do GDF que está com minuta de Instrução Normativa pronta aguardando publicação.

Com todas essas demandas emergenciais, o foco do Cultivando Água Boa e da Aliança pelo Descoberto mudou, no ano de 2017, para ações mais voltadas a resultados mais imediatos como revestimentos de canais, feito prioritariamente pela Caesb, Seagri e Emater, negociações para alocação de água entre produtores rurais e as próprias normatizações de usos não prioritários e redução de consumo dentro do próprio GDF.

No final do ano de 2017, após a retomada da chuva e a passagem do momento mais crítico da seca, os atores do Cultivando Água Boa e Aliança pelo Descoberto voltaram a se reunir a avançar para a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica da Aliança pelo Descoberto que está prevista para acontecer em março de 2018 durante o 8º Fórum Mundial da Água.

Dessa forma as duas ações do Indicador "Ações implementadas no Projeto Cultivando Água Boa- Aliança pelo Descoberto" foram implementadas mas com um foco diferente do previsto inicialmente.

Foram realizadas 5 reuniões sobre as atividades de conservação de bacias no Descoberto neste ano de 2018. Com o início da crise hídrica, atores estratégicos para a agenda de água como ADASA, EMATAER, SEAGRI, CAESB e SEMA focalizaram esforços na implementação do Plano de Enfrentamento da Crise Hídrica sob a coordenação da Casa Civil.

O foco do Plano está em ações de curto prazo como revestimentos de canais, modernização dos sistemas de irrigação e fiscalização das captações de água na área rural da bacia do Descoberto.

Com a entrada do Distrito Federal em situação de emergência por conta da crise hídrica houve uma mudança de prioridade, tendo em vista a iminência de um desabastecimento da cidade, e com isso alguns processos de construção comunitária como as Oficinas do Futuro foram paralisadas.

Outro desafio encontrado foi o fato de a Agência Nacional de Água – ANA ter defendido e articulado para que o programa de sua autoria denominado "Produtor de Água" fosse o programa "guarda-chuva" que abarcaria os diversos programas em execução na bacia. Isso contrariou o entendimento da "Aliança pelo Descoberto", lançado em dezembro de 2016 e assinado pela SEMA, ADASA, CAESB, SEAGRI e diversos outros atores da sociedade civil além do ICMBIO. Esse conflito institucional teve de ser equacionado durante o ano de 2018 por meio de reuniões entre os diversos atores.

Chegou-se a um entendimento de continuidade da Aliança pelo Descoberto valendo-se da metodologia do Produtor de Água.

Nesse contexto, vale destacar também que o recurso do GEF-Cidades Sustentáveis (6,5 milhões de dólares) captado pela SEMA-DF para trabalho com a agenda de recuperação de bacias no Descoberto e Paranoá estava previsto para chegar no início de 2017 porém foi postergado para o início de 2018, o que acarretou atraso na implementação de ações de campo naqueles territórios.

Com isso, não foi possível o cumprimento da meta referente às ações de enquadramento dos corpos hídricos.

Juntamente com o cumprimento do Indicador tema Água – “Ações implementadas no Projeto Cultivando Água Boa” –, para o Ano 02 (2017) estavam previstas a implementação de duas ações do projeto Cultivando Água Boa.

8º Fórum Mundial da Água

Entre 09 e 11 de maio de 2017, a SEMA-DF apoiou a realização do V Encontro Formativo Nacional de Educação Ambiental para Gestão das Águas em Brasília como um evento oficial preparatório para o 8º Fórum Mundial da Água.

- Conferência Distrital de Meio Ambiente – CDMA

Outros eventos preparatórios para o 8º Fórum Mundial da Água realizados pela SEMA foram as 06 (seis) pré-conferências nas bacias hidrográficas do DF e a posterior realização da Conferência de Meio Ambiente do DF(CDMA), nos dias 25 e 26 de novembro de 2017.

Foram seis etapas prévias de 1 dia cada, abrangendo todas as Regiões Administrativas do DF. Em 25 e 26 de novembro, houve a Conferência Distrital com a participação dos delegados eleitos. Os eixos temáticos trabalhados foram seis: Gestão Territorial e Gestão Hídrica, Uso Econômico da Água, Educação Ambiental, Cidadania e Participação, Biodiversidade e Cerrado, Clima, Resíduos sólidos, Saneamento e Saúde.

Para a realização do processo da Conferência, foi firmado um Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Federal de Brasília- IFB, que cedeu seus campus para a realização das seis pré-Conferências, e foram firmadas parcerias com a Frente Nacional de Prefeitos, que elaborou todas as artes gráficas, e com a Secretaria de Educação do DF, que cedeu a sede da EAPE para realização do evento final.

Como resultado final da Conferência, foram elaboradas e ranqueadas 60 (sessenta) Diretrizes Prioritárias para orientar as Políticas de Água (10 por eixo temático) e foram lidas e aprovadas pela plenária final 13 (treze) moções, que já foram encaminhadas e endereçadas aos órgãos pertinentes.

O número total de participantes foi de 989 (novecentos e oitenta e nove) pessoas.

Um terceiro evento preparatório em 2017 seria o Seminário Águas pela Paz, que estava previsto para acontecer em outubro de 2017, mas o Comitê Deliberativo do Seminário, do qual a SEMA-DF faz parte, decidiu por postergar o evento para os dias 11 e 12 de janeiro de 2018, para finalizar alguns processos de captação de recursos. O website do evento é www.aguaspelapaz.eco.br.

Centro Internacional de Referência em Água - CIRAT

Três projetos de pesquisa foram apoiados pela SEMA nesse ano de 2017. O primeiro versa sobre a realização de pesquisa sobre a contaminação de mananciais do DF (Descoberto, Corumbá 04 e Preto) por agrotóxicos no âmbito do edital FAP-DF sobre água. O segundo trata da utilização de água em unidades de saúde, tendo como perspectiva um uso mais eficiente da água, buscando entender como está a qualidade do efluente lançado pelas unidades de saúde. O terceiro diz respeito à educação ambiental para a água e conservação das áreas ripárias no âmbito de escolas do DF. Os três projetos de pesquisa supracitados foram viabilizados com recurso de edital da Fundação de Amparo à Pesquisa do DF (FAP-DF), sem necessidade de investimentos pela SEMA-DF.

Nos dias 06 e 07 de dezembro de 2017, a SEMA apoiou a realização do 2º Encontro de Pesquisadores e Parceiros do Centro Internacional de Água e Transdisciplinaridade – CIRAT. Uma parte dos recursos foi investido no apoio à realização do encontro de Pesquisadores.

Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal

O Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal, regido pelo artigo 31, da Lei nº 2.725, de 2001, alterado pelo Decreto nº 30.183/2009 e Decreto 37.090/2016, presidido pelo Secretário de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal, é composto pelo Poder Público com atuação no gerenciamento ou no uso de recursos hídricos: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (atual SEMA); Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Secretaria de Estado de Obras; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo; Secretaria de Estado de Saúde; Secretaria de Estado de Governo; Secretaria Especial de Defesa da Ordem Pública e Controle Interno do DF; Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia; Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - IBRAM; Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - ADASA; Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB; Companhia Energética de Brasília – CEB; Superintendência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis no Distrito Federal; e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT.

Também integram o o Conselho os seguintes representantes da sociedade civil:

- Representantes dos usuários dos recursos hídricos: Sindicato dos produtores rurais do DF; Federação das Indústrias de Distrito Federal – FIBRA; Associações de usuários de recursos hídricos, com atuação comprovada no DF; Representantes das organizações civis relacionadas com a preservação de recursos hídricos; Dois representantes de Comitês de bacia hidrográfica com atuação no DF ou câmaras técnicas setoriais ou associações pró-comitês; Associação Brasileira de Recursos Hídricos - Seção Distrito Federal – ABRH/DF; Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Seção Distrito Federal – ABES/DF; Associação Brasileira de Águas Subterrâneas – ABAS; Instituições públicas de ensino e pesquisa, sediadas no DF, com atuação na área de recursos hídricos; Instituições privadas de ensino e pesquisa, sediadas no DF, com atuação na área de recursos hídricos; Dois representantes de organizações não-governamentais com objetivos de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade, com atuação comprovada na área de recursos hídricos.

Reuniões

Foram realizadas 09 (nove) reuniões, sendo 04 (quatro) reuniões ordinárias (22ª, 23ª, 24ª e 25ª) e 05 (cinco) reuniões extraordinárias (26ª, 27ª, 28ª, 29ª e 30ª).

Câmaras Técnicas ativas:

- Câmara Técnica Permanente de Assessoramento – CTPA

Grupos de Trabalho:

Grupo de Trabalho para realizar estudo preliminar das Normas Gerais de Outorgas e consolidar proposta para apresentar à Câmara Técnica Permanente de Assessoramento do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CTPA/CRH.

Resoluções

RESOLUÇÃO CRH/DF Nº 01, DE 30 DE MAIO DE 2017. (DODF Nº 103, quarta-feira, 31 de maio de 2017). Aprova a Autoavaliação das Metas do Distrito Federal para o Programa de Consolidação do Pacto Nacional de Gestão das Águas - PROGESTÃO, no âmbito do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Distrito Federal.

RESOLUÇÃO CRH/DF Nº 02, DE 30 DE MAIO DE 2017. (DODF Nº 103, quarta-feira, 31 de maio de 2017). Aprova a criação do Grupo de Trabalho para realizar estudo preliminar das Normas Gerais de Outorgas e consolidar proposta para apresentar a Câmara Técnica Permanente de Assessoramento- CTPA do CRH.

Decretos encaminhados:

DECRETO Nº 38.349, DE 20 DE JULHO DE 2017, (DODF Nº 139, sexta-feira, 21 de julho de 2017). Altera o Decreto nº 36.399 de 12 de março de 2015, o Decreto de 16 de Julho de 2015 e o Decreto de 02 de dezembro de 2016, que designou os membros do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal - CRH/DF.

3 - Energia e Mudança Climática

Programa Brasília Solar

Em 2017, para o alcance dessas ações, procedeu-se à continuidade quanto à elaboração do projeto, participação em negociação e captação junto ao Projeto Cidades Sustentáveis (MCTIC-PNUMA-GEF) de recursos para a implantação de projetos solares em 2018.

Do mesmo modo, foi negociada e captada a doação de 240 (duzentos e quarenta) placas solares fotovoltaicas junto ao MME-PRODEEM, ou 14 toneladas de equipamentos recebidos em doação, para início de solarização do Zoológico de Brasília em 2018.

Objetivando a disseminação e ampliação de iniciativas solares, foi realizado o engajamento de atores do setor público e privado ao GT Brasília Solar, realizando uma reunião ampliada em meados de 2017 com atores do setor da energia solar fotovoltaica. Do mesmo modo, foram realizadas reuniões bilaterais entre a SEMA e a Secretaria da Educação para a celebração de acordo de cooperação para a implantação de projetos solares junto a edifícios escolares.

Os Projetos de Energia Solar ainda não foram implantados. O processo para elaboração dos Projetos Executivos foi encaminhado à NOVACAP em agosto de 2017 para aproveitamento de instrumento contratual daquela Unidade, mas não foi possível a contratação em tempo hábil. Essa ação está reprogramada para 2018.

Gestão de Riscos Climáticos

Em 2017, para o alcance dessas ações, a SEMA deu continuidade à elaboração do projeto, participou de negociação e captou junto ao Projeto Cidades Sustentáveis (MCTIC-PNUMA-GEF) recursos para:

- a realização de estudos de avaliação dos impactos esperados para os setores de água, uso do solo e energia;

- a contratação de assessor para facilitar a formulação do Plano Distrital de Mitigação;
- a contratação de assessor para facilitar a formulação do Plano Distrital de Adaptação;
- a contratação de assessor para facilitar a formulação da minuta de regulamentação da Política de Clima do DF;
- manutenção do Fórum Distrital de Mudanças Climáticas; e
- manutenção do Painel Distrital de Mudanças Climáticas.

Além de coordenar várias reuniões para a formulação da minuta do decreto de criação do Fórum, em 2017 foi encerrado o processo de ampla consulta pública iniciado em janeiro, com a realização da segunda reunião preparatória do Fórum, em junho na UnB, com 80 (oitenta) participantes. Já a terceira reunião preparatória do Fórum foi realizada em novembro no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, com 400 (quatrocentos) participantes, entre representantes de órgãos de governo, do setor privado, da academia e da sociedade civil organizada. Juntos com a SEMA, representantes de todos esses setores formularam a minuta do decreto de criação do Fórum de Clima do DF.

Também em 2017, a SEMA ocupou-se da criação do Painel Científico Distrital de Mudanças Climáticas, mobilizando cientistas de vários centros de referência local e nacional. Foram realizadas cinco reuniões preparatórias com cientistas do DF para estruturar o Painel e para a construção de acordos para a criação do Painel, contando com o engajamento principal das seguintes instituições: INMET, UNB/CDS, UnB/Hidrologia, INPE, Embrapa Cerrados. Juntos, esses atores elaboraram a minuta da portaria de criação do Painel Científico Distrital de Mudanças Climáticas.

Entre 2016 e 2017, a SEMA atuou fortemente em ações de integração da agenda de clima junto a outras secretarias e áreas, tais como: transporte, agricultura, zoneamento ecológico econômico, meio ambiente, água, incêndios florestais, energia, mobilização social, etc., realizando palestras em mais de 30 (trinta) eventos e alcançando um público estimado de cerca de 1000 pessoas, entre representantes de órgãos de governo, sociedade civil, academia e setor privado.

Os recursos foram destinados ao apoio dos eventos para implantação do Fórum Distrital de Clima. Boa parte das ações foram realizadas sem o aporte de recursos.

4 - Saneamento Ambiental

Construção e Operacionalização de três centros de transbordo e triagem - ATTR

O Governo do Distrito Federal-GDF tem firmado, desde julho/2013, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o Contrato de Concessão de Colaboração Financeira Não Reembolsável nº 13.2.0402.1, no valor de R\$ 21.300.000,00 (vinte e um milhões e trezentos mil reais), destinados à construção e efetivo funcionamento de Centros de Triagem de Resíduos – CTR e Centro de Comercialização de Materiais Recicláveis, em terreno localizado no Pátio Ferroviário de Brasília, cedido pela Secretaria do Patrimônio da União – SPU à Central das Cooperativas de Materiais Recicláveis do Distrito Federal – CENTCOOP.

Por determinação do Governo, o Projeto de Desativação do Lixão da Estrutural tornou-se um dos projetos prioritários de realização dessa gestão. Nesse sentido, todas as ações relativas à gestão dos resíduos sólidos são monitoradas pelo Escritório de Projetos Especiais da Governadoria – EPE. Desse modo, foram realizadas reuniões semanais com os representantes dos órgãos relacionados direta ou indiretamente com a questão de resíduos sólidos no

DF. Nesse espaço de diálogo e interação entre todos os órgãos do DF, as dificuldades são relatadas e a resolução dos problemas é orquestrada com o apoio do EPE.

No ano de 2017, algumas medidas foram tomadas, além de ajustes administrativos internos, tais como:

- processo licitatório para três centros de triagem e um centro de comercialização. Porém, o BNDES decidiu financiar apenas dois centros de triagem e um de comercialização. Assim, o orçamento anterior deverá ser revisto para que seja adequado a essa nova realidade, o que momentaneamente impede o prosseguimento do processo licitatório;
- contemplação de 1.300 (hum mil e trezentos) catadores por meio do projeto Cataforte, que faz parte da contrapartida do projeto BNDES/GDF;
- a SEMA está dando andamento à contratação de consultoria ADASA/SEMA para definição e dimensionamento dos equipamentos a serem adquiridos para os CTR e Centro de Comercialização. O Produto 1 já foi entregue pelo consultor;
- o BNDES acenou sobre a possibilidade de liberação da primeira parcela para construção dos Centros e se comprometeu de, antes do fim do ano corrente, encaminhar formalmente por meio de ofício essa informação; e
- em 05 de dezembro de 2017, a SEMA-DF, por meio da Portaria Conjunta nº 06, descentralizou a execução de crédito orçamentário referentes ao pagamento de Autorização de supressão vegetal - ASV no terreno da SPU cedido à CENTCOOP, destinado à construção de 03 centros de triagem de resíduos - CTR e um centro de comercialização de materiais recicláveis-CC.

É importante salientar que está em andamento a contratação de assessoria técnica especializada para os catadores, bem como que o atraso na execução do Projeto do BNDES/GDF justifica-se devido às ações acima citadas demandarem tempo para serem resolvidas burocraticamente por todos os órgãos envolvidos nesse Projeto.

Ressalta-se que a construção dos Centros de Triagem previstos no Projeto BNDES/GDF faz parte de uma ação governamental que envolve a desativação do Aterro do Jóquei, mais conhecido como Lixão da Estrutural, e a operação do Aterro Sanitário de Brasília. O projeto não poderá ser concretizado isoladamente, sendo necessário que o Distrito Federal cumpra com as legislações Federal (Lei 12.305/10) e Distrital (Lei 5.418/14) de Resíduos Sólidos, estabelecendo metas para a inclusão socioproductiva dos catadores de materiais recicláveis, dentre outros.

Os recursos do Contrato para a construção de 02 (dois) Centros de Triagem e 01 (um) de comercialização estão programados para subsidiar o início das obras em março de 2018, além da compra de equipamentos, assistência técnica e capacitação programada para julho de 2018. De acordo com as contrapartidas referentes ao Processo nº 0002-000647/2012, foram cadastrados 2499 catadores, sendo 403 da Rede Alternativa e 2096 da CENTCOOP. Desse total, 310 catadores (250 da Cooperativa Construir e 60 da Cooperativa Planalto) estão atualmente utilizando os Centros de Triagem nos galpões alugados do SLU no SCIA e Sobradinho, aguardando a construção dos Centros de Triagem do Convênio do BNDES.

Por fim, como pode ser visto, todos os atos que a SEMA vem realizando para o cumprimento do Projeto BNDES/GDF dependem de ações conjuntas aos demais órgãos do Distrito Federal e que estão envolvidos direta e indiretamente com a gestão de resíduos sólidos, bem com a formalização por parte do BNDES da liberação da primeira parcela do financiamento.

Implantação da Política de Resíduos Sólidos

A elaboração do Plano Distrital de Saneamento Básico (PDSB) e do Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PDGIRS) foi iniciada em abril/2016, data da assinatura do contrato.

Para a elaboração dos diagnósticos, foram realizadas 11 (onze) Pré-Audiências em todo o território do DF de forma regionalizada. Para tratar de maneira mais aprofundada questões de Logística Reversa, Resíduos de Serviços de Saúde, Resíduos da Construção Civil e Resíduos Especiais (Agrossilvopastoris, Industriais, Mineração, Saneamento e Transporte), foram realizadas 04 (quatro) Oficinas Setoriais específicas para cada um dos temas. O site e a página do Facebook também são meios de postagem de contribuições por parte da população. No site <http://www.planodesaneamentodf.com.br/> podem ser encontradas maiores informações.

Em 2017, o PDSB e o PDGIRS foram finalizados e aprovados, faltando somente a publicação. Cumpre informar que, de acordo com a Lei Orgânica do DF, o Plano Distrital de Saneamento Básico precisa virar lei.

5- Brasília Verde

Apesar das dificuldades de articulação de outros setores de governo para o desenvolvimento de ações permanentes e continuadas, algumas atividades foram retomadas e estão em andamento, quais sejam:

- i) Programa Parque Educador – está sendo concluído o processo licitatório que contratará o transporte dos alunos contemplados no Programa, tratando-se de cerca de 12.500 alunos da rede pública, entre alunos de ensino em tempo integral, com atividades continuadas nos parques ao longo do ano letivo, e alunos das demais escolas, que serão contemplados com uma visita a um parque selecionado ao longo do ano. Nesse contexto, a Secretaria de Educação abriu o edital para seleção de professores para participarem diretamente do Programa. O Ibram contratou os serviços de transportes, e a previsão é de que os professores sejam capacitados no mês de fevereiro e o Programa com os alunos seja iniciado em março, no início do ano letivo de 2018, abrangendo 04 parques: Três Meninas (Samambaia), Saburo Onoyama (Taguatinga), Águas Claras e Sucupira (Planaltina);
- ii) Segurança nos Parques – a Secretaria de Segurança Pública retomou sua participação no Programa Brasília nos Parques. Há necessidade de reuniões bilaterais, com envolvimento do Ibram, para retomada do projeto-piloto no Saburo Onoyama e extensão do mesmo para outros parques;
- iii) Feiras Orgânicas nos Parques – O edital para chamamento das organizações da sociedade civil para montagem das feiras, construído em articulação com a Seagri e o Ibram, foi lançado no início de dezembro, oferecendo espaço em 11 parques, com apresentação de propostas por duas instituições. Infelizmente, as duas foram desclassificadas pela Comissão de Avaliação e Acompanhamento, por falta de documentos obrigatórios. O edital será relançado ainda em dezembro, com maior prazo para apresentação de propostas, as quais serão avaliadas em janeiro de 2018, com início da implementação do projeto em fevereiro;
- iv) a Secretaria de Esportes e Turismo também retomou sua participação no Programa Brasília nos Parques, propondo à Sema a instalação de estruturas de ginástica com presença de monitores de orientação da população, com a implantação dos módulos Mude – Estação de Ginástica e Alongamento nos Parques, uma parceria daquela Secretaria com o Santander;

v) a Sema também apoiou a Secretaria de Cultura na seleção de projetos candidatos ao FAC nos Parques, edital articulado entre as duas secretarias para apoiar a realização de atividades culturais nos parques do DF.

Essas medidas estão sendo implantadas nos mesmos cinco parques que haviam sido escolhidos há um ano, que são aqueles que, nesse momento, têm condições de receber as atividades descritas.

Unidades de Conservação:

- Implantação dos conselhos gestores consultivos da ARIE Granja do Ipê e Parque Ecológico Burle Marx;
- Recriação e apoio à implementação do Conselho Gestor da Reserva da Biosfera do Cerrado do Distrito Federal, apoiando a estruturação de sua Secretaria Executiva;
- Representação da Sema no Conselho da APA do Planalto Central.

A criação dos conselhos consultivos depende de discussão com as instituições de governo e sociedade civil interessadas, tramitação administrativa e jurídica, o que muitas vezes demanda muito tempo. Nesse processo, há necessidade de administrar fatores externos que fogem, em parte, à governabilidade da Secretaria.

Criação de conselho gestor consultivo da ARIE JK (Dec. 38.363, de 26 de julho de 2017) e recriação do conselho gestor consultivo da APA Gama-Cabeça de Veado (Dec. 38.286, de 21 de junho de 2017): esses Decretos, a exemplo do que aconteceu com o Comitê da Reserva da Biosfera, foram amplamente discutidos com as diversas instituições interessadas, tendo sido prevista a seleção das instituições da sociedade civil por meio de chamamento público, permitindo transparência nesse processo de escolha. Após a publicação desse chamamento, oito instituições manifestaram seu desejo de se fazer representar no conselho da APA Gama Cabeça de Veado e sete para o Conselho da ARIE JK. Cada um deles dispõe de quatorze vagas para instituições da sociedade civil e quatorze para as instituições de governo previamente escolhidas. Para dar posse ao conselho e início dos trabalhos, aguarda-se a manifestação de algumas instituições de governo sobre nomes para representa-las nos conselhos.

Proposição de minuta de regulamentação do artigo 24 da lei do SDUC (Lei Complementar nº 827, de 22 de julho de 2010), para criação de mosaicos de unidades de conservação, antecedendo à criação de conselhos de mosaico: essa minuta de decreto foi discutida internamente com o Ibram e encaminhada à Governadoria, a qual, após alguns ajustes solicitados naquela instância, está aguardando a assinatura do Governador e publicação. Nessa minuta de decreto, a SEMA propôs que os mosaicos devam ser criados gradativamente a partir de demandas efetivas, uma vez que essa Secretaria entende que essa estratégia proporciona melhores condições de êxito.

Condução dos GT Parques do Gama: o grupo de trabalho (GT) Parques do Gama foi instituído pela Portaria Sema nº 80, de 11 de outubro de 2016, tendo os prazos de sua existência prorrogados pela Portaria Sema nº 47, de 25 de maio de 2017. Com a publicação do decreto de regulamentação do art. 24 do SDUC, os trabalhos do GT serão retomados com a discussão da minuta de decreto de criação desse mosaico e do conselho de gestão do mesmo.

Condução do GT Parque das Esculturas, criado por solicitação da comunidade do Altiplano Leste: criado pela Portaria Sema nº 81, de 11 de outubro de 2016, tendo seus prazos prorrogados pela Portaria Sema nº 46, de 25 de maio de 2017, o GT colocou foco na implantação do referido parque, o que incluía a discussão de uma forma de gestão compartilhada, com o envolvimento da comunidade e da Administração do Paranoá,

provavelmente com a criação de um colegiado. Recentemente, foi realizada reunião entre IBRAM, Administração Regional do Paranoá e 03 associações representativas dos moradores do entorno do Parque, para discutir a proposta de gestão compartilhada. Como encaminhamento:

- i) a comunidade vai fazer consulta aos moradores para confirmar a indicação do projeto do Arquiteto Antonio Eustáquio, como o projeto a ser considerado para implantação do Parque;
- ii) o IBRAM ficou responsável de retomar a conversa com a Terracap para garantir as condições e medidas necessárias à implantação do Parque;
- iii) IBRAM e SEMA ficaram de elaborar um instrumento adequado para a Gestão compartilhada do parque. O Ministério Público do DF e Territórios promoveu reunião de ajuste de entendimentos e solicitou que o encaminhamento dos trabalhos fosse feito no âmbito do GT e pediu agilização dos mesmos. Em virtude da troca de dirigentes na Sema e Ibram, só foi possível agendar nova reunião do GT para o mês de janeiro.

Recuperação do Cerrado

Estabelecimento de ações, procedimentos e regulamentos necessários à implantação do programa-piloto "Recupera Cerrado", instituído pelo Decreto Distrital nº 23.585, de 21 de setembro de 2016, com articulação de acordo de cooperação técnica entre Sema, Ibram, Serviço Florestal Brasileiro e Fundação Banco do Brasil e elaboração de edital de financiamento de projetos de recomposição da vegetação em áreas prioritárias. Realização de entendimentos com a Fundação Banco do Brasil – FBB, para viabilizar sua participação na cooperação, como Fundo receptor de recursos e contratador de projetos, com apoio e assistência técnica da Sema, Ibram e Serviço Florestal Brasileiro. O Acordo de Cooperação Técnica foi assinado e todos os mecanismos relacionados ao edital estão prontos para publicação, dependendo de depósito de parte do saldo devedor da Terracap, principal instituição devedora de compensação ambiental do DF, que já manifestou interesse em aderir ao programa. O depósito dos recursos é condição essencial expressada pela Fundação Banco do Brasil para publicação do edital.

Aliança do Cerrado

No âmbito dos trabalhos da Aliança Cerrado, avançou-se em três pontos:

- i) Elaboração, lançamento e publicação do Plano Recupera Cerrado, com a proposição de uma meta de restauração de 14 mil hectares até 2030 e o delineamento dos mecanismos necessários ao cumprimento dessa meta;
- ii) dentre os instrumentos, destaca-se o Mapa de Áreas Prioritárias para Recomposição e Conservação no Distrito Federal, que delimita no território do DF as áreas ambientalmente mais relevantes e orienta o esforço de compensação e conservação para essas áreas;
- iii) a minuta de decreto que estabelece novas regras para a recomposição de áreas degradadas e alteradas no DF, com dois aspectos principais, quais sejam: a) a aceitação de métodos diversos de recomposição de áreas degradadas, superando o paradigma do plantio de mudas como método preferencial ou exclusivo; e b) o foco nos resultados e o sucesso da recomposição, a partir de indicadores claros e objetivos, em contraposição ao foco na forma como ela foi iniciada. Assim, o objetivo central da compensação é assegurar, em outra área, as funções ambientais da área que foi convertida, de forma que preferencialmente ela ocorrerá mediante a conservação ou recuperação de área por ação direta ou indireta do empreendedor. Nessa nova regra, a compensação ocorrerá mediante a preservação voluntária de remanescentes de cerrado (assegurada por meio de servidão ambiental, reserva legal

adicional à mínima necessária ou RPPN), assim como com a recomposição da vegetação nativa em áreas com algum nível de proteção permanente (APP, RL, servidão, UC). A recuperação de APPs e RLs só será considerada válida para fins de compensação se estas tiverem sido desmatadas anteriormente a 2008 e no imóvel não houver área rural consolidada incidente sobre as mesmas. A compensação será guiada pelo mapa de áreas prioritárias, que, por sua vez, incentiva a concentração das ações de conservação e recomposição do Cerrado nas regiões ambientalmente mais relevantes do DF.

Para a realização da meta de restauração, foi articulada a elaboração de um projeto de captação de recursos internacionais, cuja aprovação ocorreu em 2017, com previsão de início das ações em janeiro de 2018. O Projeto foi aprovado no âmbito do Global Environmental Fund – GEF. Essa iniciativa irá permitir o cumprimento de nossa meta de restauração até o final desse PPA.

Centro de Excelência do Cerrado – Cerratenses

Centro de convergência, desenvolvimento e difusão de conhecimento sobre o Bioma Cerrado, foi implantado em prédio próprio no Jardim Botânico de Brasília e está em pleno funcionamento, atuando na função de Secretaria Executiva do Fórum Aliança Cerrado, rede de 58 entidades que atuam para a proteção do cerrado.

Em 2017, o Cerratenses atendeu aproximadamente 3.000 pessoas, entre técnicos de meio ambiente e áreas afins, estudantes, profissionais, representantes de governo, ONGs, academia, setor privado e público em geral. Também nesse ano, o Cerratenses abrigou mais de 50 eventos, em sua maioria voltados ao desenvolvimento de subsídios e à construção de políticas públicas para o Cerrado, por meio da gestão e consolidação da informação e do fortalecimento institucional entre entidades do campo governamental, do acadêmico, da pesquisa e da sociedade civil organizada.

Combate a incêndios Florestais

O Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Distrito Federal, instituído por meio do Decreto nº 17.431 de 11/06/1996, e atualizado pelo Decreto 37.549 de 15/08/2016, funciona como um sistema de parcerias institucionais que visam à proteção do Cerrado e visa a integração e a cooperação mútua, objetivando a otimização da aplicação dos recursos humanos e materiais disponíveis. Principais ações:

- criação de um protocolo para o fluxo de informações referentes a perícia e apuração das responsabilidades administrativas e penais, e criação de um laudo de constatação, com apoio da SEMA, BPMA, CBMDF e IBRAM;
- minuta de Decreto de regulamentação sobre a responsabilização dos incêndios florestais (civil, penal e administrativo);
- elaboração e entrega de um mapa contendo os principais locais de acúmulo de combustível no DF, que foi elaborado pelo IBGE e ICMBIO, em parceria com os dados do CBMDF e IBRAM;
- atendimento de 1.600 estudantes da rede pública e 5.000 crianças em eventos escolares e ambientais, por meio de trilhas, oficinas, contação de histórias, peças teatrais, com dinâmicas de sensibilização na prevenção aos incêndios florestais;
- publicação do Folder de Prevenção aos Incêndios Florestais: 10.000 exemplares que foram distribuídos nas instituições do PPIF e escolas, além dos eventos no qual o PPCIF esteve envolvido;

- publicação impressa e digital do Almanaque do Fogo: 5.000 exemplares, que foram distribuídos aos estudantes da rede pública;
- revisão do Decreto nº 17.431 de 1996, que instituiu o PPCIF, e publicação do novo Decreto atualizado, nº 37.549 de 15 de agosto de 2016;
- realização de 2 campanhas publicitárias, uma no ano de 2016 e outra no ano de 2017;
- 6 Cursos de Sistema de Comandos de Incidentes- SCI e 1 Curso de Perícia em Incêndios Florestais, para todas as instituições do PPCIF;
- Entrega da pista de pouso na Floresta Nacional de Brasília - FLONA para os aviões do CBMDF, ICMBIO e IBAMA, facilitando assim o combate imediato dos incêndios florestais na região;
- realização de 5 blitz educativas, com a participação da SEMA, IBRAM, JBB, PMDF, CBMDF, AERONÁUTICA, MARINHA, BPMA, DER, PRF, IBGE e 3 Escolas Classes, totalizando 3.100 veículos abordados.

ACEIRO NEGRO: 2016 – 186,69 Km ; 2017 – 195 Km e ACEIRO MECÂNICO: 40 Km

É muito importante a viabilização de contratação de Brigadistas pelo IBRAM para 2018, para garantir as ações de prevenção e combate nos Parques e Unidades de Conservação. Até a presente data, comparando os dados de 2016 com 2017, foi constatada uma redução da área queimada, em torno de 1.110 hectares, informado pelo CMBDF, apesar do número de ocorrências ter aumentado, o que mostra que o grupo vem melhorando em forma de articulação na prevenção e combate dos incêndios Florestais no Distrito Federal.

6 - Direitos dos Animais

Política Distrital para os Animais

Foi promovida a reestruturação e coordenação das atividades do Comitê Interinstitucional da Política Distrital para os Animais - CIPDA, tendo sido realizadas 22 (vinte e duas) reuniões ordinárias e uma extraordinária.

Apoio à gestão do Centro de Controle de Zoonoses do DF, com realização de gestões com a Secretaria de Saúde, com vistas a melhorar a gestão daquele Centro, com os seguintes encaminhamentos:

- descentralização da campanha de vacinação antirrábica com credenciamento de clínicas veterinárias, com edital previsto para ser lançado em janeiro de 2018;
- elaboração de Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Saúde, Secretaria do Meio Ambiente e organização da sociedade civil para apoiar e acompanhar a gestão do Centro de Controle de Zoonoses;
- elaboração de Termos de Referência – TR para: a Política de Defesa e Proteção dos Animais Domésticos no Distrito Federal – cães e gatos e para realizar Diagnóstico Socioeconômico com foco nos grupos sociais que dependem da utilização de veículo de tração animal – VTA. Identificar na estrutura do Governo do Distrito Federal e na iniciativa privada arranjos institucionais para promover a inclusão social desses grupos e elaborar uma proposta de regulamentação da Lei nº 5.756/2016, bem como propor um arranjo institucional para a sua execução. Infelizmente, devido à vagariedade da tramitação não foi possível contratar os serviços em 2017. Destaca-se que esse processo deve ter continuidade em 2018, sendo de extrema importância ter diretrizes claras para a Política Distrital dos Direitos Animais no DF, tendo em vista que é uma área nova no âmbito do Governo do Distrito Federal.

Articulação Interinstitucional

Os membros do Cipda se articulam por meio dos canais de comunicação interna, principalmente a fiscalização para atender denúncias, resgate da fauna silvestre, apreensão de animais domésticos, solicitação de apoio para abrigar cães e gatos apreendidos com a parceria dos protetores de animais e ONGs, orientações jurídicas, dentre outros.

O CIPDA elaborou texto substitutivo ao Projeto de lei n. 717/2015, que tramita na Câmara Legislativa do DF com finalidade de tipificar maus-tratos aos animais e também dar mais eficiência às ações de fiscalização.

Apoio às atividades para viabilização do Programa de Manejo Populacional de Animais Domésticos - Castramóvel: por meio do Projeto Unidade Móvel para Educação em Saúde, Guarda Responsável e Controle Populacional de Cães e Gatos no Distrito Federal - Castramóvel, foram realizadas três mil castrações. Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica entre Sema, Ibram e Unb para operacionalizar o Castramóvel até dezembro de 2018.

Credenciamento de Clínicas Veterinárias: mediante projeto aprovado no Fundo Único do Meio Ambiente - Funam, o valor de R\$ 700.000, 00 (setecentos mil reais) para a realização de aproximadamente sete mil castrações em clínicas veterinárias credenciadas pelo Ibram. O Projeto será executado em 18 meses.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
1630 - AÇÕES PARA ENQUADRAMENTO DOS CORPOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS		UNIDADE	2	3	3	0	4	5	SEMA / UO 21101 / OE 2
Justificativa: 2016 - Aprovação de três resoluções: 01, 02 e 03 pelo CRH em 2016 2017 - Em virtude da crise hídrica, os esforços da SEMA e do Conselho de Recursos Hídricos foram direcionados, no exercício de 2017, para a resolução do problema.									
1641 - TAXA DE CATADORES ATENDIDOS PELO CONTRATO 13.2.0402.1/BNDES		%	-	-	10	-	40	100	SEMA/ UO 21101 / OE 4
Justificativa: 2016 - Sem índice desejado para 2016. 2017 - Esse indicador foi substituído pelo 1751 e será objeto de revisão na Lei do PPA									
1693 - TAXA DE PARQUES COM PROGRAMA BRASÍLIA NOS PARQUES IMPLANTADOS		UNIDADE	04	5	08	0	12	16	SEMA/ UO 21101/ OE 01
Justificativa: 2016 - Instalação e Comitê Gestor e Decreto de criação para escolha de cinco parques; Parque Ecológico Águas Claras, Parque Ecológico Trê Meninas, Parque Ecológico Saburo Onoyama, Parque Recreativo Sucupira, Parque Ecológico Ezequias Heringer. 2017 - A política de implantação do Programa Brasília nos Parques impõe várias atividades, as quais ao longo de 2017 foram continuadas principalmente nos cinco parques: Parque Ecológico Águas Claras, Trê Meninas, Saburo Onoyama, Parque Recreativo Sucupira, Ezequias Heringer, objeto de cumprimento da Meta de 2016. Desta forma, foi verificado que o indicador ora apresentado pela SEMA não condiz com a melhor forma de mensuração da política. Será proposta alteração do indicador.									
1626 - TAXA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROJETO VIRADA DO CERRADO		%	6	7	7	7	9	10	SEMA / UO 21101 / OE 1
Justificativa: 2016 - O projeto Virada no Cerrado foi um sucesso. Contou com a participação aproximada de 200 mil pessoas. 2017 - Foram envolvidas 30.000 (trinta mil) pessoas diretamente e 200.000 (duzentas mil) pessoas indiretamente.									
1631 - AÇÕES IMPLEMENTADAS NO PROJETO "CULTIVANDO ÁGUA BOA"	0	UNIDADE	1	2	2	0	3	3	SEMA/ UO 21101 / OE 2
Justificativa: 2016 - Atividades: Aliança do Descoberto e Microbacia do Guararioba. 2017 - Em virtude da crise hídrica, os esforços da SEMA e do Conselho de Recursos Hídricos foram direcionados, no exercício de 2017, para a resolução do problema.									
1694 - INSTITUCIONALIZAÇÃO DE 3 INSTRUMENTOS DE FORTALECIMENTO DA POLÍTICA CLIMÁTICA DO DF	0	UNIDADE	-	-	1	0	2	-	SEMA/ UO 21101/ OE 03
Justificativa: 2016 - Sem índice desejado para 2016. 2017 - O processo para elaboração dos Projetos Executivos foi encaminhado à NOVACAP em Agosto de 2017 para aproveitamento de instrumento contratual daquela Unidade, mas não foi possível a contratação em tempo hábil.									
1751 - TAXA DE CATADORES ATENDIDOS PELO	0	PESSOA	-		10	14	40	100	SEMA/UO 21101/OE 4

Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade.

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
CONTRATO 13.2.0402.1-BNDES (2.160)									
Justificativa: 2017 - Os recursos do Contrato para a construção de 2 (dois) Centros de Triagem e 1 (um) de comercialização estão programados para início de obras em março de 2018, além da compra de equipamentos, assistência técnica e capacitação programada para julho de 2018. De acordo com as contrapartidas referentes ao Processo 0002-000647/2012, foram cadastrados 2499 catadores, sendo 403 da Rede Alternativa e 2096 da CENTCOOP. Desse total, 310 catadores (250 da Cooperativa Construir e 60 da Cooperativa Planalto).									

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	150.000,00	73.462,00	56.745,90	47.868,41
8542 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SEMA-DISTRITO FEDERAL	150.000,00	73.462,00	56.745,90	47.868,41
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	150.000,00	73.462,00	56.745,90	47.868,41

Foi realizado apoio a cinco internos por meio de Contrato nº 2/2017 com a FUNAP.

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	450.000,00	51.866,00	51.865,56	51.865,56
0017 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SEMA-DISTRITO FEDERAL	450.000,00	51.866,00	51.865,56	51.865,56
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	850.000,00	525.001,07	455.405,76	455.405,76
7206 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	850.000,00	525.001,07	455.405,76	455.405,76
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	1.300.000,00	576.867,07	507.271,32	507.271,32

Em 2017, foi executada uma liquidação de licença-prêmio e concluídos pagamentos com ressarcimentos previstos na gestão da folha de pessoal da SEMA e, ainda, de reconhecimento de dívida.

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	600.000,00	0,00	0,00	0,00
5365 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	600.000,00	0,00	0,00	0,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	17.103.731,00	13.286.300,00	13.126.403,85	13.101.546,09
8747 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL	17.103.731,00	13.286.300,00	13.126.403,85	13.101.546,09
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	401.675,00	421.675,00	399.079,72	399.079,72
9572 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL	401.675,00	421.675,00	399.079,72	399.079,72
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	1.762.389,00	414.314,00	410.098,22	372.658,72
9661 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL	1.762.389,00	414.314,00	410.098,22	372.658,72
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	50.000,00	26.804,00	26.776,11	18.863,68

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
5174 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	50.000,00	26.804,00	26.776,11	18.863,68
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	20.000,00	0,00	0,00	0,00
5824 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	20.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	19.937.795,00	14.149.093,00	13.962.357,90	13.892.148,21

Foi contratado (renovação contratual) o serviço de outsourcing de impressão, cumprindo demanda prevista do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI da SEMA.

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei		Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	250.000,00		0,00	0,00	0,00
0011 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A BIBLIOTECA DO CERRATENSES - CENTRO DE EXCELÊNCIA DO CERRADO	250.000,00		0,00	0,00	0,00
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	250.000,00		0,00	0,00	0,00

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

A SEMA tem atuado na articulação de parcerias que envolvem a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos no Distrito Federal, quais sejam:

- Logística reversa

Como preconiza a Política Nacional e Distrital de Resíduos Sólidos, a logística reversa é o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado pelo conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

Os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos referidos nos incisos II, III, V e VI do art. 33 da Lei nº 12.305, de 2010, bem como dos produtos e embalagens referidos nos incisos I e IV e no § 1º do art. 33 daquela Lei, deverão estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante o retorno dos produtos e embalagens após o uso pelo consumidor.

O Poder Público tem o dever de apoiar a implementação da logística reversa com objetivo de auxiliar a sua implementação, principalmente diante da assinatura de acordos setoriais. Esses são atos de natureza contratual, firmados entre o Poder Público e os fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, visando a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto.

A SEMA, como formulador de políticas públicas ambientais do DF, tem a responsabilidade de fomentar a implementação da logística reversa com objetivo de preservar e prevenir o meio ambiente do DF com ações que destinem de maneira ambientalmente correta os resíduos da

logística reversa, além de atender demandas da população que prima por dar um destino correto aos resíduos gerados e às legislações federal e distrital dos resíduos sólidos.

A Secretaria do Meio Ambiente visa acompanhar e participar das negociações dos processos sobre a logística reversa para todos os setores: agrotóxicos, seus resíduos e embalagens; pilhas e baterias; pneus; óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens; lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; produtos eletroeletrônicos e seus componentes; embalagens em geral e medicamentos. Até o momento, a articulação tem sido feita com o Compromisso Empresarial para Reciclagem - CEMPRE, Associação Nacional dos Carroceiros e Catadores de Materiais Recicláveis - ANCAT sobre acordo setorial de embalagens; com Associação Brasileira da Indústria de Iluminação - ABILUX/RECICLUS sobre acordo setorial de lâmpadas; com RECICLANIP sobre CONAMA de pneus.

Em 2017, a SEMA articulou com as respectivas gestoras das cadeias de produtos sujeitos à Logística Reversa ações sobre objetivos e definição de estratégias para elaborar implementação da logística reversa no DF, priorizando embalagens em geral, pneus e vidros.

A SEMA já tem termo de compromisso assinado desde 2013 com o Sindicato Nacional da Indústria do Refino de Óleos Minerais - Sindirrefino (óleos lubrificantes). Quanto às embalagens de óleos lubrificantes, já existe acordo setorial, o qual prevê meta de 36%.

Ainda em 2017, a proposição da SEMA de incluir alerta nos editais de leilão da Secretaria de Planejamento (SEPLAG) foi acatada. O seguinte texto foi inserido nos editais: "O vencedor é responsável pelo descarte ambientalmente adequado dos componentes não utilizados do material arrematado, conforme determinam a Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei 12.305/10 e a Política Distrital de Resíduos Sólidos – Lei 5.418/14. O descumprimento está sujeito a sanções penais e administrativas conforme a Lei de Crimes Ambientais nº 9.605/98."

No tocante às lâmpadas, já foram implantados 10 pontos de coleta pela gestora RECICLUS. A meta do acordo setorial nacional era implantar 50 pontos até o final de 2017.

Foi disponibilizado pela SEMA lista com endereços de pontos coleta de resíduos sujeitos à logística reversa existentes no DF. Está em elaboração um mapa com esses mesmos pontos para posterior divulgação em meio eletrônico.

· Resíduos Perigosos:

A SEMA participou do Grupo de Trabalho coordenado pelo IBRAM, para elaboração de normatização dos resíduos perigosos e criação da Comissão Distrital do P2R2 (Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos). As reuniões desse GT resultaram na minuta de decreto de criação da CD-P2R2, o que resultou na publicação do Decreto 38.528, de 03 de outubro de 2017.

· Coleta seletiva solidária

Nesse ano de 2017, o Decreto que regulamenta a Lei nº 4792/2012 foi atualizado. O novo Decreto nº 38.246/2017 trouxe alguns pontos de maior facilidade na implementação da Coleta Seletiva Solidária nos órgãos públicos do DF.

Segundo o decreto, cabe à SEMA a mobilização, sensibilização e acompanhamento dos órgãos, além do estímulo à implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública-A3P.

No dia 5 de julho de 2017, foi realizada reunião aberta e todos os órgãos da Administração Pública Direta e Indireta foram convidados a comparecer. Na oportunidade, SEMA e SLU realizaram apresentação explicativa de como deveria ser a implementação da Coleta Seletiva Solidária, bem como quais era os prazos de implementação e demais procedimentos.

Para recebimento das informações dos órgãos públicos, foram elaborados 3 Formulários para preenchimento online. As informações recebidas foram compiladas em uma planilha/relatório.

A SEMA colaborou ainda com a elaboração de materiais de divulgação (folders, vídeo, cartilhas, etc.), que tem previsão de serem expedidos pela CACI em 2018.

Ademais, diversas reuniões foram realizadas com o pessoal da TI da Casa Civil para delimitar e elaborar um sistema de recebimento e compilação das informações prestadas pelos órgãos públicos a respeito da implantação da Coleta Seletiva Solidária em cada um deles, bem como recebimento dos relatórios trimestrais.

GEF - Fundo Mundial para o Ambiente (em inglês, Global Environment Fund)

Foram feitas propostas/projetos para que a SURSA/SEMA fosse contemplada com recursos do GEF para realizar estudo de contaminação das águas subsuperficiais e subterrâneas, solo e ar e escolher a melhor tecnologia/técnica para recuperação/remediação do passivo ambiental do Lixão da Estrutural. O projeto foi aprovado e os termos de referência já foram elaborados e seguirão para análise do CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.

Ouvidoria

A Ouvidoria é um canal de comunicação entre o Governo de Brasília e o cidadão promovendo assim um diálogo transparente e participativo. O objetivo deste relatório é fornecer aos pares e aos cidadãos os dados relacionados à atuação e o desempenho da Ouvidoria da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) no decorrer do exercício 2017. Além da prestação de serviço realizada pelo Sistema de Ouvidoria - OUV DF, com 19 manifestações, e 16 pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão - E-SIC, a SEMA também recebeu 13 e-mails por meio da Assessoria de Comunicação (ASCOM), um pela rede social Facebook e 29 por meio dos sete eventos da Ouvidoria Itinerante.

No que diz respeito ao E-SIC, a SEMA obteve 17 manifestações, todas respondidas em tempo hábil, conforme legislação vigente - Lei Distrital 4.990/2012. O E-SIC permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do governo. A SEMA também realizou sete eventos de Ouvidoria Itinerante, seis Pré-Conferências Regionais do Meio Ambiente e uma Virada do Cerrado, totalizando 29 manifestações. Trata-se de uma atividade externa que objetiva aproveitar a estrutura física de eventos públicos já programados para disseminar os serviços de ouvidoria à sociedade, para que o cidadão possa se informar antes de efetivar solicitações.

Seguem atividades desenvolvidas pela Ouvidoria Itinerante: Pré- Conferência Distrital do Meio Ambiente com datas, locais de realização e links com notícias:

· 3/6: Local: Instituto Federal Brasília (IFB), Campus São Sebastião- Bacia do São Bartolomeu, Bacia do São Marcos e Bacia do Paranoá. Participaram as seguintes Ouvidorias: Regiões Administrativas Paranoá, Itapoã, Jardim Botânico; São Sebastião; Ouvidoria –Geral, SEMA, IBRAM, Fundação Jardim Zoológico, ADASA e CAESB ;

- 24/6: Local IFB Campus Planaltina- Bacia de São Bartolomeu; Bacia do Rio Maranhão; Bacia do Rio Preto e Bacia do Rio Paranoá. Participaram as seguintes Ouvidorias SEMA, IBRAM; Zoológico, ADASA e CAESB e das Regiões Administrativas: Sobradinho I; Sobradinho II e Planaltina;

· 8/7: Local: IFB Campus Gama - Bacia de Corumbá. Regiões Administrativas: Recanto das Emas, Gama, Santa Maria, SEMA, ADASA, CAESB e Zoológico;

- 5/8: Local: IFB Campus Estrutural - Bacia do Descoberto. Regiões Administrativas: Vicente Pires, Águas Claras, Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Estrutural/CIA, Riacho Fundo I, Riacho Fundo II, SEMA, Secretaria da Saúde, Zoológico; CAESB e ADASA;
- 16/9 Local: IFB Plano Piloto-Bacia do Rio Paranoá. Regiões Administrativas: Park Way, Lago Norte, Varjão, Lago Sul, Sudoeste/Octogonal, Cruzeiro, Guará/SIA, Plano Piloto, SEMA, CAESB e ADASA;
- 7/10 Local: Local IFB Samambaia, Bacia do Rio Paranoá. Regiões Administrativas: Samambaia, Taguatinga, Brazlândia e Ceilândia, Zoológico e ADASA.
- Virada do Cerrado - 3ª Edição realizada em 3/9 no Parque da Cidade. Trata-se de um programa colaborativo e de mobilização do Governo de Brasília juntamente com a sociedade brasiliense, que promove ações socioambientais, educativas, esportivas e culturais, num grande evento saudando o bioma Cerrado.

O tema desse ano foi a Água. Participaram as seguintes ouvidorias: Ouvidoria-Geral; SEMA; IBRAM, CAESB e SLU. Vale ressaltar que a Virada do Cerrado está contemplada na agenda de eventos do Distrito Federal, em cumprimento da Lei 4.939/2012, que institui e inclui no mês de setembro a "Semana do Cerrado". Como desdobramento da realização de cada edição, o propósito da SEMA é implementar ações contínuas decorrentes das parcerias estabelecidas entre o Governo de Brasília e a sociedade civil. Antes de cada evento, a ouvidoria da SEMA mobiliza as ouvidorias que têm ações voltadas para as questões ambientais e as Unidades Administrativas envolvidas com as ações propostas. As atividades/ reuniões que antecederam o evento foram as seguintes:

- 15/5 Primeira reunião de apresentação Ouvidoria Geral sobre a Ouvidoria Itinerante para a SEMA. Reunião de Planejamento com todas as Ouvidorias do GDF envolvidas na programação regional, onde a Ouvidora da SEMA apresentou a proposta das Pré-Conferências Regionais e da Virada do Cerrado; e a Diretora de Projetos e Mobilização da Ouvidoria Geral apresentou o Programa Ouvidoria Itinerante. Nessa reunião foi discutida a viabilidade das Ouvidorias participarem e como seria o formato do Evento.

- Mobilização: foram desenvolvidas as seguintes ações de mobilização: publicação no site da SEMA e redes sociais. Seguem alguns links: Pré-conferências: São Sebastião, Planaltina, Gama, Cidade do Automóvel, Plano Piloto e Samambaia. Virada do Cerrado: Programação da Virada do Cerrado chega a todo o DF, Apelo ao uso consciente da água marca abertura da Virada do Cerrado, Alunos de Brazlândia conhecem nascentes da região, Como Pode um Peixe Vivo é lançado no Riacho Fundo I, Plantio compensa emissão de carbono da Virada do Cerrado 2017, Facebook da Sema.

A SEMA realizou diversas análises processuais, principalmente a análise de 103 autos de infração ambiental. Além disso, a SEMA se debruçou sobre uma série de outros temas, em alguns casos numa atitude passiva (consultivo), em outros numa atitude mais proativa, liderando ou ajudando a construir processos a partir de sua expertise jurídica. Um total de 124 processos (fora os relativos a autos de infração) foram formalmente direcionados à apreciação da AJL no ano de 2017.

Por fim, destaca-se o processo formativo Programa Nacional de Formação e Capacitação de Gestores, no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica assinado entre SEMA-DF e Ministério do Meio Ambiente em setembro de 2016. O Ministério do Meio Ambiente, em parceria com a SEMA-DF, trouxe para o Distrito Federal o Programa Nacional de Formação e Capacitação de Gestores Ambientais - PNC, o processo formativo: Estruturação da Gestão Ambiental local. O programa é direcionado a servidores públicos dos órgãos do DF, com o objetivo de qualificar

a gestão ambiental pública por meio de processos formativos continuados que contribuam com a implementação integrada e descentralizada das políticas públicas ambientais.

O PNC visa desenvolver uma abordagem sistêmica e um conjunto de instrumentos de intervenção na realidade local, tendo a gestão ambiental como foco.

Com base em conteúdos elaborados e outros elementos pedagógicos disponíveis, pretende-se que esses agentes se sintam seguros e apoiados para desenvolver a gestão ambiental em âmbito local, considerando a criação e o fortalecimento de instâncias como os órgãos ambientais e conselhos, além de buscar alavancar as COMDEMAS - Comissões de Defesa do Meio Ambiente, a serem implementadas nas Regiões Administrativas do DF. O processo formativo está em curso e está previsto para janeiro de 2018.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

O cenário do Distrito Federal no início de 2017 foi o da crise hídrica. Nesse contexto, a SEMA envidou todos os esforços no levantamento, diálogo e elaboração, conjuntamente com diversos agentes públicos e sociedade civil, para a implementação de ações emergenciais, objetivando a mitigação do problema, de forma mais eficaz, no enfrentamento do problema pela sociedade do Distrito Federal, o que culminou com uma mudança de atuação da SEMA, com vistas a priorizar as ações previstas no Plano de enfrentamento à crise hídrica. Nesse contexto, optou-se por atuar na estruturação da minuta de Decreto que disciplina o uso de água não prioritários e na IN que incentiva a redução de água pelo setor público, além das duas grandes ações de mobilização social – Virada do Cerrado e Conferência Distrital de Meio Ambiente. Esta última tem por objetivo revisar a Política Distrital de Meio Ambiente.

Mesmo assim, as ações estratégicas previstas para 2017, foram continuadas, tais como:

- foi finalizada a formalização para a implementação de recursos não reembolsáveis captados no âmbito de Environmental Global Facility – GEF, numa parceria com PNUMA e MCTIC, no valor de U\$ 6.4 milhões, o qual desonerará os cofres do Distrito Federal, que ainda sofre com problemas da crise econômica e do reduzido quadro de recursos humanos na área ambiental. O projeto atuará nas áreas de Energia Solar, Restauração de Nascentes, Estruturação do Sistema Distrital de Meio Ambiente, Governança Climática e ações pilotos para Proteção e Produção de Água. Será apoiado um conjunto de ações importantes para o fortalecimento da agenda ambiental no DF;

- realizou-se sensibilização e mobilização da sociedade civil para o evento 8º Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Brasília em 2018, por meio da realização da primeira Conferência Distrital do Meio Ambiente do Distrito Federal, com o tema "água", tendo sido promovidas seis pré-conferências em diversas regiões administrativas e do Programa Virada do Cerrado, além do Seminário Águas pela Paz;

- a aprovação do ZEE-Zoneamento Ecológico e Econômico, que estava previsto para ser enviado à Câmara Legislativa do DF no 1º semestre de 2017. Contudo, em virtude do anseio da sociedade civil, foi ampliado o prazo de debate do projeto em elaboração pela SEMA, situação que culminou com o seu envio à Casa Civil somente no final de 2017.

A política de resíduos sólidos no Distrito Federal, que no âmbito da SEMA é pautada principalmente com a execução do Contrato de Repasse com o Banco Nacional do

Desenvolvimento Social-BNDES, no valor total de R\$ 57.300.404,17, cujo principal produto previsto para 2017 era o início da construção de centros de triagem de resíduos sólidos, restou prejudicada principalmente pela mudança em âmbito nacional do Poder Executivo Federal e consequentemente da equipe do BNDES, necessários à confirmação de prorrogação do Contrato após julho de 2017.

Outra dificuldade encontrada refere-se ao reduzido número de servidores nas áreas finalísticas da SEMA, comprometendo, muitas vezes, o cumprimento de sua missão institucional, bem como pessoal qualificado em aquisições de serviços especializados, sendo necessária revisão da estratégia de aquisição no âmbito de secretarias com ações finalísticas, como a SEMA.

Por fim, em que pese o reduzido grau de execução orçamentária na ações finalísticas e no cumprimento de metas planejadas no Plano Plurianual de 2017, a SEMA cumpriu sua missão da melhor maneira diante dos desafios encontrados.